

# Juízos Equivocados

Fotografias ou balanços não são indicadores adequados ao julgamento de questões controvertidas, como a economia, as ciências sociais e praticamente tudo que diz respeito à vida humana. As ressalvas são a propósito da análise do TCU que critica o governo Fernando Henrique pela redução nos gastos sociais no ano passado em relação a 1994.

O Tribunal de Contas da União fez, como órgão auxiliar do Legislativo, análise das contas do Executivo em 1995, mas os números examinados não oferecem visão completa, tanto de 94 quanto de 95. Não entrou em detalhes sobre quanto do Orçamento da União foi comprometido com o pagamento de pessoal e encargos sociais do funcionalismo, ou o gasto a mais no pagamento de juros e encargos da dívida do governo.

Diante da disposição do governo Fernando Henrique pela busca do equilíbrio orçamentário para derrubar a inflação, a contenção dos gastos em investimentos (incluindo a área social) era a alternativa. A União não poderia deixar de pagar seus funcionários, ou ensaiar novo calote dos financiadores dos déficits do Orçamento.

O controle da inflação produziu um efeito social extraordinário que passou ao largo da apreciação do TCU. A queda da inflação, num ambiente de crescimento econômico, fez a maior distribuição de renda em quatro décadas. Em 1995 aumentou a renda individual e o efeito social substituiu com enorme vantagem o insatisfatório paternalismo estatal.

Estudos do IBGE mostram avanço dos 50% mais pobres na divisão da renda nacio-

nal, enquanto os 20% mais ricos perdiam posição. A fatia dos mais pobres aumentou de 10,4% (1994) para 11,6% em 95, enquanto a fatia dos 20% mais ricos caía de 65,7% para 63,3%. Houve, ainda assim, aumento de 1,1 ponto percentual na participação das camadas médias.

O crescimento da parcela da renda dos 50% mais pobres explica a brutal transformação para melhor na estrutura de consumo do país. Houve aumento substancial na venda de produtos não-duráveis, principalmente alimentares (+ 10%) e de aparelhos elétricos e eletrônicos domésticos (+ 50%) e um menor crescimento na venda de automóveis e outros bens de consumo típicos das classes de renda mais elevada.

Outros dois efeitos não incluídos nos levantamentos do IBGE quanto na apreciação do TCU sobre o primeiro ano do governo Fernando Henrique na área social acentuam o ganho dos mais pobres com o Plano Real. Primeiro, os preços da cesta de consumo encareceram bem menos que a dos mais ricos. Segundo, o fim da assimetria das perdas causadas pelo *imposto inflacionário* (os mais pobres perdiam salário para a inflação, os mais ricos ganhavam com aplicações financeiras) gerou recuperação até 9% no poder de compra dos brasileiros mais pobres.

Ao estabilizar a economia, o governo Fernando Henrique fez mais pelo social do que o próprio governo Itamar Franco, no qual foi concebido e lançado o Real. As camadas menos favorecidas se alimentaram mais, comendo mais carne e bebendo mais leite do que no governo Sarney, por exemplo, cujo modelo social tinha como marca a distribuição de *tickets* de leite.